SUJEITOS À LITERATURA: O DIREITO, A FORÇA E O CURRÍCULO NO TRABALHO COM O TEXTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Luiz Guilherme Ribeiro Barbosa (CPII/UFRJ)

RESUMO: A partir da experiência com oficinas literárias desenvolvidas no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, com alunos do ensino médio, esta comunicação se propõe a pensar o lugar da literatura no currículo da escola básica, considerando-se as contribuições da Teoria Literária no tensionamento dos discursos hegemônicos. Assim, será considerada a reflexão de Tzvetan Todorov acerca do ensino de literatura, atentando-se para a dificuldade em aplicar tais reflexões à realidade brasileira. Se, no contexto francês, cabe a crítica de Todorov a uma teoria que se evidencia demasiado no ensino da literatura em escolas, parece-nos que no contexto brasileiro o intuito de transformar a teoria numa "ferramenta invisível" já ocorre, mas com base na tradição crítica constituída a partir das reflexões de Antonio Candido e sua institucionalização em universidades brasileiras e, em consequência, na formação dos professores e na produção dos livros didáticos. A nossa hipótese é de que é nessa dificuldade de transpor as reflexões de Todorov ao contexto brasileiro que reside o campo de reflexão teórica dedicado ao ensino da literatura no Brasil, marcado, por um lado, pela reflexão de Antonio Candido com base na categoria dos direitos humanos, e por outro pelas diversas teorias da Linguística Textual que embasam os documentos oficiais acerca do ensino da literatura nas escolas, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais. É necessário empreender uma crítica a tais discursos caso se deseje lidar com a literatura no ensino básico como uma força de constituição subjetiva dos alunos.

Palavras-chave: Oficina literária. PCNs. Força.

Em 2009, por iniciativa de Caio Meira, o livro *La littérature en péril*, que havia sido publicado dois anos antes na França, ganha versão em português pela editora carioca Difel. O curto ensaio, que na edição brasileira não chega às 100 páginas, em poucos anos passou a constar em inúmeras bibliografias dos processos de seleção para professores do ensino básico ou para estudantes de pós-graduação na área de Letras. Naturalmente é de se prestar atenção ao discurso sobre o ensino da literatura quando ele é assinado por um intelectual que, após cinco décadas de trabalho, esteve no centro das pesquisas estruturalistas na França, e posteriormente empreendeu – como o vem fazendo ainda hoje – uma crítica aos usos das teorias estruturalistas, a ponto de se reposicionar como um historiador das ideias, não mais teórico da literatura. Aos ensaios dedicados às estruturas narrativas dos gêneros literários, como a literatura fantástica, seguiram-se importantes obras sobre os discursos dos viajantes europeus nas primeiras décadas de colonização do continente americano, sobre a história do pensamento humanista francês, sobre a trajetória artístico-biográfica de Goya, Rilke, Oscar Wilde, Marina Tsvetaeva, sobre o homem sob a perspectiva antropológica, sobre a crise da

democracia contemporânea. É um olhar para o ensino da literatura prenhe de uma experiência intelectual de amplo espectro, que escolhe percorrer diversos campos das ciências humanas em virtude da convicção de que o homem precisa ser pensado em sua inteireza, aquele que encontramos em *A literatura em perigo*. Como quando, após narrar a trajetória de Rilke com base em sua correspondência, afirma que nessas cartas, que testemunham a dificuldade da criação literária e as angústias da vida do poeta, se lê "uma obra plenamente realizada, mediante a qual vida e criação cessam de se opor para, enfim, se alimentarem e se protegerem uma à outra". Neste trecho de *A beleza salvará o mundo*, título em português para *Les aventuriers de l'absolu* (2006), a familiaridade entre "vida e criação", que se alimentam e se protegem, é reveladora da defesa de uma irredutibilidade do homem e da obra às teorias, que caracteriza este Todorov autor do ensaio sobre o ensino da literatura.

A recepção do livro de Todorov no Brasil parece se justificar não propriamente por uma escassez bibliográfica, e sim pelo eco que esse discurso de fundo crítico ao estruturalismo encontra em novo contexto. A reflexão a respeito do ensino da literatura, no contexto brasileiro, tem encontrado dois campos teóricos legitimadores, por um lado, pela pesquisa universitária, por outro lado, pelos documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Educação, como é o caso dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN). O primeiro desses campos seria aquele que se enraíza na tradição crítica produzida a partir da obra de Antonio Candido, profundamente institucionalizada nas universidades a partir de São Paulo, polo disseminador, e reproduzida nos livros didáticos de literatura brasileira para o ensino médio. Por mais que leituras decisivas, como a que faz do romance *Memórias de um sargento de milícias*, ou fortes leituras de textos não canônicos, como a que faz dos poetas realistas do século XIX, não tenham sido institucionalizadas pela escola, a perspectiva de uma história da literatura compreendida como a formação de uma consciência nacional cuja autonomia estética se elabora na obra de Machado de Assis, em prosa, e nos poetas do Modernismo, em poesia (o atraso da poesia, aqui, é um indício forte de uma tomada de partido em prol da prosa), está bem assentada nas mais potentes propostas pedagógicas que se veem realizar nos colégios. É o caso, por exemplo, da frequência com que se adota, na segunda série do ensino médio, a leitura de *O cortiço* ou do poema-mural "Navio negreiro", obras canônicas exemplares de uma formação progressiva e capenga da consciência crítica, atravessada pela grandiloquência do poeta romântico ou pelo preconceito de classe do narrador naturalista. Outro campo teórico da reflexão do ensino da literatura tem sido

aquele propagado pelos PCN (2000) que, sob o argumento de uma perspectiva dialógica da linguagem, de base bakhtiniana, deslocou para o campo das linguísticas do texto a legitimidade do estudo literário. A ponto de outro documento publicado pelo Ministério da Educação seis anos depois, as *Orientações Curriculares Nacionais* (OCN, 2006), reconhecerem que a proposta dos PCN recusa à literatura a autonomia e a especificidade do seu estudo em relação aos discursos não literários (OCN, 2006, p. 49). Apesar da ressalva do documento orientado por Lígia Chiappini e Haquira Osakabe, os PCN até hoje legitimam um forte discurso crítico de planificação da literatura, imersa no mesmo campo de forças dos discursos não literários. (Uma das estratégias de reorientação da reflexão sobre ensino de literatura é a releitura de Bakhtin, teórico de Dostoiévski e Rabelais, cuja obra competiu justamente com as teorias do Formalismo antenadas com a vanguarda russa. Se lembrarmos que Roman Jakobson, o linguista apaixonado pela vanguarda, era estudante e jovem professor nos tempos futuristas, e que Tzvetan Todorov foi responsável por introduzir a obra dos formalistas russos na cultura universitária francesa, então o quadro que se desenha, de resistência bakhtiniana aos valores da vanguarda, põe em jogo o campo minado do discurso sobre ensino de literatura hoje.) Propostas como, ainda na segunda série do ensino médio, um tribunal julgador de Capitu, ou ainda a experiência de fotografar a cidade do Rio de Janeiro a partir da leitura de algum romance brasileiro do século XIX estão baseadas no pressuposto de que a ambiguidade do texto literário, ou a sua documentação histórica da memória urbana, são da mesma ordem que a experiência de um jurado no tribunal ou de um fotógrafo documental, com o mérito de pôr o texto em situação: produz-se, em aula, uma situação "real", produzida antes, por sua vez, pela ficção. Assim, tanto o campo teórico que parte da obra de Antonio Candido quanto aquele que se baseia na concepção bakhtiniana de linguagem são resistentes a uma visada estruturalista do ensino da literatura. Mas, embora a trajetória de Todorov o sugira, não é bem uma crítica ao estruturalismo o principal combate que *A literatura em perigo* busca realizar.

Indo direto ao ponto, Todorov busca diagnosticar, no ensino francês, um desequilíbrio entre o que chama de abordagens interna e externa da obra literária. O predomínio da abordagem interna, fruto das transformações por que passaram as universidades francesas desde a década de 1960, encontraria hoje solo fértil para infertilizar:

> Permanece o fato de que a tendência que se recusa a ver na literatura um discurso sobre o mundo ocupa uma posição dominante no ambiente

> universitário, exercendo uma influência notável sobre a orientação dos futuros professores de literatura. (TODOROV, 2009, p. 40).

É, digamos, o mundo irredutível à obra o que interessa a Todorov defender diante do risco de uma concepção, nomeadamente pós-estruturalista, para a qual a indagação da verdade do texto, objeto do discurso crítico, produz um interminável comentário tagarela que consiste em recusar a verdade do texto: "O texto só pode dizer uma única verdade, a saber: que a verdade não existe ou que ela se mantém para sempre inacessível" (TODOROV, 2009, p. 40). Assim, algo que não se reduz ao discurso, nem mesmo à verdade – o mundo –, a literatura toma como objeto, representando-o. Os herdeiros da desconstrução, ou "os representantes da tríade formalismo-niilismo-solipsismo" (TODOROV, 2009, p. 71), dão o tom do discurso crítico francês, por ocuparem posições ideologicamente hegemônicas, e apregoam: "Admitindo-se que uma obra fala do mundo, exige-se dela, em todo caso, que elimine os 'bons sentimentos' e nos revele o horror definitivo da vida, sem o qual ela se arrisca a parecer 'insuportavelmente ingênua'" (TODOROV, 2009, p. 71). As lentes da caricatura desenhada por Todorov focalizam o *perigo* que a literatura sofreria hoje, sob o risco de, realizado o projeto pós-estruturalista, a leitura do texto literário desaparecer da cultura:

> A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. A literatura tem um papel vital a cumprir; mas por isso é preciso tomá-la no sentindo amplo e intenso que prevaleceu na Europa até fins do século XIX e que hoje é marginalizado, quando triunfa uma visão absurdamente reduzida do literário. O leitor comum, que continua a procurar nas obras que lê aquilo que pode dar sentido à sua vida, tem razão contra professores, críticos e escritores que lhe dizem que a literatura só fala por si mesma ou que apenas pode ensinar o desespero. Se esse leitor não tivesse razão, a leitura estaria condenada a desaparecer num curto prazo. (TODOROV, 2009, p. 77)

Tomamos aqui um pito do "leitor comum". Como pode tanto palavrório para não reconhecer o mais simples e essencial, que a literatura tem um "papel vital" a cumprir, *desde que* se reconheça o seu "sentido amplo e intenso", que afinal reside na experiência do "leitor comum"? Como poderia um congresso de literatura que, na Amazônia, gastasse palavras sem fim sem testemunhar transformações subjetivas pela literatura, *desde dentro*? Todorov, ao dar voz ao leitor comum, viaja na direção de uma *comunidade* literária, cuja experiência de liberação teórica lança o leitor para fora da

crítica literária a fim de encontrar, fora dela, a literatura. A teoria como "ferramenta invisível" (TODOROV, 2009, p. 41) é aquela que faz jus à literatura em sentindo amplo e intenso. E o perigo na transmissão cultural da prática da leitura está em certa "falta de humildade" (TODOROV, 2009, p. 31) que cometemos ao ensinar teorias e não literatura. Sendo um "discurso sobre o mundo", é imperativa uma abordagem equilibrada entre obra e mundo, elementos internos e externos, sob o perigo mesmo de a teoria, com uma força insuspeita, participar da destruição da leitura.

Estranha, então, a repercussão brasileira do livro. Pois o que encontra forte espelhamento na cultura brasileira é essa defesa de uma experiência cultural enraizada, *comum*, que extrapola e, ao mesmo tempo, deveria ser o núcleo das teorias. Como se a verdadeira teoria da literatura fosse a do leitor comum, eis uma fórmula acalentada por uma comunidade de leitores historicamente pouco letrada como a brasileira, na qual a tradição da oralidade ou então a defesa compensatória da leitura qualquer ("pelo menos é livro, é literatura") justificam um pouco a recepção do ensaio de Todorov. Mas o que estranha a sua repercussão é a diferença de contextos, pois não é parecido o caso brasileiro em relação ao que diagnostica o autor na França. O excesso de teoria, a húbris teórica que teria invadido as escolas a partir das mudanças na universidade desde há cinco décadas, não se encontra entre nós, quando muito o que há é a apropriação, como "ferramenta invisível", da concepção de literatura organizada por aquela matriz candidiana: é crítico o olhar para a literatura que reconhece na forma literária uma elaboração social, aquele que reconhece a força transgressora da obra no seu modo de organização interna. Assim, dentro e fora encontram-se, conforme o desejo de Todorov, equilibrados.

É tal posição de equilíbrio que Antonio Candido formula no ensaio de 1988, "O direito à literatura", que é uma espécie de plataforma para a reflexão sobre o ensino da literatura. A defesa da força da literatura com base na noção dos direitos humanos reconhece na literatura o poder de atualizar o homem enquanto homem, como se, antes da literatura, o homem fosse potencialmente homem. Assim, a fórmula segundo a qual a literatura "confirma o homem na sua humanidade" (CANDIDO, 2011, p. 175) reconhece, pelo avesso, que a humanidade do homem não está assegurada. Trata-se não só de uma leitura tributária da experiência *sui generis* do horror da segunda guerra mundial, da Shoah, do processo histórico de elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como também de uma leitura reveladora do contexto brasileiro para o qual a cultura, durante a formação social do Brasil, imprimiu suas marcas de violência

como regra. Mas a partir do momento que a literatura encontra sua formulação autônoma, que a ficção e a poesia se consolidam socialmente, a força negativa da literatura, o seu *perigo* reside nos efeitos perturbadores que pode provocar naqueles que lidam com ela. Por isso que o poder humanizador da literatura é contraditório, pois muitas vezes ele é, em vez de pacificador, um provocador de marcas de violência no sujeito que com ela lida. Esse perigo ao qual se está sujeito é, na perspectiva de Candido, sempre revertido – dialeticamente – para o processo humanizador: pois o papel da literatura é "contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório)" (CANDIDO, 2011, p. 176). Eis o "poder", eis a "função", eis a "força". Tais são os três termos presentes na reflexão de Candido, seja no ensaio de 1988, seja ainda na conferência de 1972, intitulada "A literatura e a formação do homem", quando a "função humanizadora" da literatura ao "confirmar a humanidade do homem" (CANDIDO, 2002, p. 77) é compreendida em contestação à hegemonia estruturalista que, no afã de transformar um método num fim, não reconheceria, para além das estruturas, as funções, a força, o poder do texto literário. Um significante que se repete no texto de 1972 é o adjetivo "indiscriminado": ao considerar o que a literatura teria a ensinar, é a vida o parâmetro de comparação, de modo que "a literatura, como a vida, ensina" com um "impacto indiscriminado" (CANDIDO, 2002, p. 83), uma "força indiscriminada" (CANDIDO, 2002, p. 85) sobre o leitor.

Uma força que, indiscriminada, arrasa a forma, a literatura preserva, num sentido talvez à revelia da conferência e do ensaio de Antonio Candido, a possibilidade de ultrapassar a identidade de si. Indiscriminada, difícil, em alguns momentos, separá-la do mundo, do que, fantasiosamente, se chamava mundo antes da literatura, de modo a ser possível dizer, sobre a literatura, que:

> É a coisa mais interessante do mundo, talvez mais interessante do que o mundo, razão pela qual, se não é idêntica a si mesma, o que se anuncia e se recusa com o nome de literatura não pode ser identificado a nenhum outro discurso. (DERRIDA, 2014, p. 70.)

A hipótese desequilibrada de Jacques Derrida, diferentemente do posicionamento de Todorov, equilibrado, reconhece, a um só tempo, o traço único da literatura em virtude de um mundo que perde, em interesse, para ela. A literatura é, talvez, o que, diante do mundo, interessa.

Referências

BRASIL. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

CANDIDO, Antonio. (1988) O direito à literatura. In: *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

CANDIDO, Antonio. (1972) A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. Seleção de Vinícius Dantas. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 77-92. (Coleção Espírito Crítico)

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.